

QUESTÕES DE TEORIA E METODOLOGIA NUM ITINERÁRIO ENTRE DUAS HISTORIADORAS: KÁTIA MATTOSO E ADELINE DAUMARD

Nilton de Almeida Araújo*

Resumo: Este ensaio visa desenvolver algumas reflexões teóricas e metodológicas a partir do livro *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*, de Kátia M. de Queirós Mattoso, historiadora responsável pela formação de toda uma geração de historiadores na Bahia. Produto e testemunho da institucionalização da história como campo profissional no Brasil, reunindo textos produzidos entre as décadas de 1970 e 1990, esta obra será ponto de partida para uma reflexão sobre a influência da historiografia francesa (especialmente dos *Annales* e de Adeline Daumard) na história econômica e social da Bahia feita por K. Mattoso, e sobre as interpretações de Kátia Mattoso sobre a maior "abertura" mobilidade dos negros na sociedade baiana, ponto em que discordamos.

Palavras-chave: história; Bahia; teoria; metodologia.

Abstract: This text aims to develop some theoretical reflections about *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*, by Kátia M. de Queirós Mattoso, master of a generation of historians in Bahia, Brazil. Product of the institutionalization of history as a professional field in Brazil, with texts written between 1970-1990, this book will be the initial point to a reflection about the influence of French historiography (especially from the *Annales* and Adeline Daumard) in economic and social history produced by K. Mattoso, and about black people mobility in Bahian society, a point we disagree with.

Keywords: history; Bahia; theory; methodology.

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista do CNPq. Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências (Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana). E-mail: ovelha_negr@hotmail.com.

Como uma região passa do comando econômico do Brasil colonial para uma situação que se constituiu como das mais precárias dos Estados da Federação brasileira? Como essa mudança se verificou? Por quê? Eis uma das principais questões perseguidas em *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*, uma coletânea que reúne artigos da lavra de uma das mais importantes historiadoras brasileiras, Kátia M. de Queirós Mattoso.

Este livro reúne um conjunto de textos pioneiros para a instituição e consolidação da história econômica e social no Brasil, publicados entre 1970 e 1990, constituindo-se em testemunho importante da profissionalização da história entre nós. Mas eis, também, uma oportunidade para entabular diálogo com Adeline Daumard, que além de autora de *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*¹ e *Os burgueses e a burguesia na França*², foi orientadora de Kátia Mattoso na sua tese de Estado (que resultou em *Bahia, século XIX: uma província do Império*), até sua indicação como professora associada da Sorbonne, como relata a própria Mattoso em entrevista a Denis Rolland³. Ao fim e ao cabo, as coisas se complicaram e Mattoso defendeu sua tese de Estado sob a direção de François Cruzet, autor também da apresentação da coletânea.

A despeito dessas vicissitudes entre as historiadoras, ressalta um conjunto de elementos comuns em termos de objetos e abordagens historiográficas. Adeline Daumard é historiadora da burguesia na França, com particular dedicação à burguesia de uma cidade, Paris. Mattoso empreende uma portentosa história social da Bahia, mas principalmente uma história urbana da “opulenta” e depois estagnada cidade do Salvador, Soterópolis.

Historiadoras da urbe, Paris e Salvador, centradas em questões do presente. A historiadora francesa com o protagonismo da burguesia. A historiadora greco-baiana com um século e meio de estagnação (1821-1960) da terra onde despertou sua vocação. Em ambas, a análise dos grupos sociais na longa duração exige, para a síntese final, uma ampla visão da diversidade dos grupos sociais e das estruturas institucionais e mentais, do tempo, do espaço⁴.

Como adaptar o método histórico à evolução da documentação? Como deve trabalhar o historiador social? O estilo de exposição que Kátia Mattoso partilha com Daumard pode ser sintetizado na exposição cuidadosa de fontes e método. Daumard propugna a tradução das observações históricas “em uma forma quantitativa: a estatística, preferível ao ‘caso típico’ que pode ser sempre excepcional”, confrontando os resultados obtidos com os mesmos problemas por meio de abordagens diferentes.

A história social deve multiplicar as hipóteses de trabalho, retendo o que sugerem o conhecimento dos testemunhos contemporâneos da época estudada tanto quanto os “modelos” inspirados pelas teorias atuais. Depois, após longas pesquisas sobre tudo o que indica a condição dos homens, seu comportamento e, se possível, seus sentimentos e suas convicções, vem a confrontação dos resultados apresentados sob uma forma quantitativa, em toda a medida do possível, a fim de evitar o risco de erigir um caso particular em regra geral. É o prelúdio à síntese cujo objeto é definir o grupo social estudado, ou seja, em última instância, as bases da civilização que representa.⁵

Três hipóteses norteiam as pesquisas de Daumard: de que toda sociedade se fundamenta na existência de uma hierarquia e, “na França, encontram-se hierarquias internas no seio dos diversos grupos que constituem a sociedade global”. Em segundo lugar, que “a posição dos indivíduos na sociedade (...) está em relação estreita com as ascendências familiares, as relações sociais de um lado, com as possibilidades novas abertas às ambições pelo mundo contemporâneo, de outro”, e finalmente de que os comportamentos influenciados pela pressão social, são resultados de escolhas individuais, familiares, e também coletivas.

Em toda a medida do possível, a ex-orientadora de Kátia Mattoso se esforça em dar a primazia ao método quantitativo, baseado no tratamento estatístico de longas séries de documentos. Sem elidir os eventos ou o papel dos indivíduos, para o historiador depreender as características dos diversos grupos sociais, impõe-se a necessidade de “medir”. Ainda que nem tudo que procede da descrição social seja mensurável, o campo da estatística deve ser ampliado ao máximo⁶.

Mattoso quando define como unidade básica de descrição o “grupo social”, integra-se também

a esta perspectiva, na medida em que “para estudar um grupo social, é preciso: isolá-lo do conjunto da população; contá-lo, para conhecer-lhe a força numérica; e caracterizá-lo, para poder rotulá-lo”. Não é à toa que ao afirmar que não basta descrever, é preciso “contar”, Mattoso remeta ao pioneirismo de Daumard e François Furet “ao mostrar o grande manancial de informações que podiam ser extraídas das séries de documentos notariais, susceptíveis de tocar a parte mais importante da população, aquela que se situa entre os que tudo tem e os que pouco ou nada possuem, dando de sua fortuna a imagem mais fiel e menos deformada”⁷.

A referência à metodologia em história social da “escola historiográfica francesa” em estudos quantitativos da estrutura e conjuntura econômica, iniciados por François Simiand e Ernest Labrousse, aos estudos das estruturas demográficas por Philippe Ariès, M. Armengaud, J. Dupaquier e Jean Meuvret também se faz presente. Todavia, se, de um lado, Daumard ao estudar as fortunas privadas, não procura integrar tais estudos ao desenrolar das grandes tendências da evolução econômica⁸, por outro, para Mattoso, “tal estudo deve fundamentar-se em séries estatísticas correspondentes a parâmetros relacionados com o desenvolvimento econômico, única maneira de se obter um grau razoável de precisão que não pode ser conseguido numa análise baseada em dados puramente qualitativos”⁹.

Como proceder para produzir uma história social da estrutura social e das mentalidades da cidade do Salvador? O “itinerário” delineado por Mattoso envolve a reunião de todo o tipo de informações passíveis de conduzir à análise do grupo social como unidade homogênea. Destarte, ela compreende a história social como “fundada principalmente sobre a observação da vida e do comportamento dos grupos sociais que compõem dada sociedade tomada globalmente”. Esta história é para Mattoso, sobretudo, “a história da urbe”, espaço de multiplicação, diferenciação e a hierarquização dos grupos que compõem o seu meio social¹⁰.

História urbana e camadas médias constituem outros pontos comuns às pesquisas de Adeline Daumard e Kátia Mattoso. Para ambas, toda sociedade evolui entre os extremos da pobreza e da riqueza, com as camadas médias, que se situam entre os dois extremos, operando como instrumento de mobilidade social.

Contudo, as condições de pesquisa na França e na Salvador de fins do século passado, guardavam (e ainda guardam) profundas diferenças. Como, então, num país de tradição estatística recente como o Brasil, encontrar dados capazes de constituir séries cronológicas que servissem ao estudo e à avaliação das variáveis econômicas? Na Bahia, a constituição dessas séries, e o estabelecimento do método de coleta de tal material, além de uma etapa de seleção/crítica, dependia primordialmente de serem encontradas! Mattoso é uma das pioneiras na liderança deste tipo de trabalho. Entre 1967 e 1971, junto a estudantes baianos de história, deu início ao desenvolvimento de dois campos de orientação: elaboração de séries estatísticas a partir de fontes já publicadas e a elaboração de séries estatísticas a partir de documentos não publicados.

Da crítica externa e crítica interna, fundamentadas no conhecimento das instituições e dos acontecimentos, de um lado, e do valor exato dos dados estatísticos coletados, de outro, baliza-se a apreciação das flutuações constatadas nas séries coletadas quanto aos acontecimentos verificados no período histórico. Recorrendo ao computador, as quantificações realizadas alcançam maiores êxitos no estudo dos preços, dos salários e das fortunas.

No primeiro capítulo, por exemplo, “Conjuntura e sociedade no Brasil no final do século XVIII: preços e salários às vésperas da Revolução dos Alfaiates, Bahia, 1798”, temos conhecimento das dificuldades empíricas e teóricas para o trabalho com os salários. Tendo como séries disponíveis de salários as dos operários da construção e empregados de instituições privadas (notadamente da Santa Casa de Misericórdia), somos advertidos sobre o salário perder seu caráter de dado econômico e socialmente fundamental, tendo em vista tratar-se de uma economia na qual grande parte do trabalho social efetua-se no quadro da escravidão e do artesanato. Dessa maneira, os salários em questão não poderiam exprimir o custo de produção global de uma economia essencialmente agrícola, orientada para a exportação.

Que fazer, na medida em que exprimem tão somente uma parte muito pequena da realidade econômica? Renunciar a este tipo de análise? De modo algum. A argúcia se evidencia na percepção de que a tentativa poderia dar, como efetivamente conseguiu, uma idéia geral dos movimentos aos quais esses salários estavam submetidos, e uma comparação destes com a escalada dos preços se fez possível. Assim, Mattoso nos indica, ainda que aproximadamente, quais eram as condições materiais dos conjurados de 1798 que pertenciam, em sua maioria, ao meio artesão. Persistindo, identifica-se a demora desses salários em se adaptar, “e seu fraco movimento de alta em relação ao movimento geral dos preços explicam o mal-estar social que se instala na Bahia no final do século XVIII e, sobretudo, a tentativa de revolta das camadas populares de Salvador, em 1798”¹¹.

Temos outro vislumbre do método de exposição e do método de pesquisa de Kátia Mattoso em “Caminhos estatísticos na história econômica da Bahia”, reunindo as quatro etapas fundamentais de seu *modus operandi*: “(1) a escolha do quadro cronológico; (2) a escolha dos produtos para o estudo; (3) a metrologia; (4) a confecção de fichas para a coleta dos dados”. Aqui, confirma-se uma característica de todos os textos da sua lavra: a didática. Além de sua profundidade e detalhe no trato com a documentação, a clareza de quem se dirige não só aos especialistas, mas a historiadores em formação¹².

A professora da Universidade Católica de Salvador e da Universidade Federal da Bahia registra então as dúvidas de seus estudantes: “Será que a História tal como a conhecemos até hoje desaparecerá para dar lugar a uma história feita de algarismos e de representações estatísticas? Nesta perspectiva, qual será a posição da história qualitativa?”

Estas angústias dos estudantes emergem num momento bastante particular, em meados da década de 1960 e 1970, período não apenas de explosão de tensões sociais que dificilmente a comunidade dos historiadores podia continuar a ignorar (como o processo de descolonização na África ou as ditaduras latino-americanas, para ficar em poucos exemplos), mas também, *grasso modo*, da hegemonia historiográfica dos estruturalismos (da antropologia estrutural a certas abordagens marxistas), e de euforia com a quantificação nas ciências sociais e primeiros avanços da informática¹³.

Para Kátia Mattoso, toda pesquisa em história econômica quantitativa é necessariamente ligada a uma problemática inicial que é sempre qualitativa, conquanto derivada dos estudos em documentos, livros e das questões que estes documentos e livros sugerem. Os estudos quantitativos podem ter, inicialmente, um caráter operacional, na medida em que proporcionam meios de conhecer as realidades profundas do momento histórico sob investigação, mas assumem o papel de “fundamentos da história social”, cujo propósito essencial para esta historiadora é mostrar a “problemática do homem médio” na sua totalidade. Investigar o “homem médio” é destrinchar seu regime econômico, seus modos de pensar e agir, em vez das personalidades excepcionais, dos grandes homens. A documentação qualitativa é a única capaz de esclarecer as estatísticas ou os dados quantitativos coligidos, mas o valor deste tipo de testemunho é ampliado pelo quadro estatístico. Os estudos quantitativos

sistematizam a pesquisa histórica, aumentando-lhe o escopo e dando-lhe um caráter científico que ultrapassa a simples coleção de fatos sem laços orgânicos entre eles.

A história econômica quantitativa se nos afigura, então, como uma história dinâmica, pois estuda a conjuntura e a estrutura econômica, isto é, as flutuações a longo, médio ou curto prazos, e, entre essas flutuações, distingue as que correspondem a simples modificações de equilíbrio das que traduzem uma evolução profunda do sistema estudado.¹⁴

Testamentos e inventários *post-mortem*, cartas de alforria e livros de notas e escrituras de venda e compra de propriedades imobiliárias urbanas e agrícolas (além de escrituras de débito, obrigação e hipoteca; escrituras de arrendamento; escrituras de doação, cessão, transferência e quitação de bens), eis as bases empíricas para a investigação da estrutura social da cidade do Salvador.

A Bahia alcançada por Kátia Mattoso é uma província solidamente estabelecida entre fins do século XVIII e primeiros anos do XIX. A Bahia retoma seu protagonismo e prioridade, com seu açúcar chegando mais rápido ao mercado, mais controlado, mais barato, após obtenção de mais

produtividade e de mais mercados à disposição. Fatores externos explicam parcialmente esta situação, como as guerras de independência dos EUA, as guerras da Revolução Francesa e a desorganização da produção no Haiti e na Jamaica¹⁵.

A farinha de mandioca funcionando como reguladora dos preços dos outros produtos era mercadoria de primeiríssima necessidade, e isso tanto para a população escrava como para as categorias sociais mais baixas. Além disso, era também utilizada no comércio exterior pela sua troca por escravos, ouro e cera na África. Procurando detectar as linhas gerais da marcha dos preços, cada produto apresenta nos gráficos de Mattoso um movimento próprio, comportando, em uma economia ainda dominada por práticas do exclusivo colonial, três modalidades diferentes de comportamento de preço¹⁶. São verificadas altas bastante bruscas, que, no entanto, não se consolidavam nos preços dos produtos. Àqueles promissores primeiros anos, seguiram-se desempenhos econômicos medíocres no século XIX. Em torno de 1873 tem início uma crise na economia açucareira que foi distinta das demais, pois se verificou a perda definitiva dos mercados externos.

O “enigma” da opulência à estagnação da Bahia começa a ter uma das suas peças decifradas, na medida em que sua comparação das flutuações apresentadas pelos gráficos, com os acontecimentos principais da história baiana entre 1787 e 1930, numa tentativa de explicação de tendência a longo prazo da economia baiana, evidencia que a acentuação do papel de exportador de produtos primários e de importador de alimentos e de produtos industrializados, pôs a Bahia posição extremamente desfavorável. Essa dependência, essa vulnerabilidade, essa incrustação no esquema colonial são agravadas pela depreciação progressiva e contínua da moeda brasileira, e repercute no comportamento dos preços locais, outro tema de sua predileção.

Uma das questões que mais se destaca como historiadora que privilegia a urbe (inclusive na entrevista que abre *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos*) diz respeito a um modelo da divisão da sociedade agrária que representaria também o mundo urbano. A imagem de uma sociedade agrária que se divide, *grosso modo*, em senhores – donos dos meios de produção e únicos usufruidores de seus benefícios – e escravos – trabalhadores que participam de seu processo como agentes principais, porém nada usufruindo dela –, estrutura um tipo de sociedade muito pouco diversificada, pouco hierarquizada, e na qual o poder do senhor-de-engenho era tão despótico quanto o do *pater familias* na antiga sociedade romana. E este é um ponto nevrálgico de sua produção. A pouca diversificação social é o “x” da questão para Kátia Mattoso.

Criticando tal modelo – e aqui ela faz uma confrontação direta com o livro de Fernando de Azevedo, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* – pergunta-se acerca de “quais são os critérios que permitiriam que se definissem grupos sociais como sendo: ‘aristocracia da terra’, ‘burguesia urbana (...) mercantil, aristocratizada’, ‘pequena burguesia, mal definida, (...) massa informe do povo’ e ‘plebe indisciplinada e turbulenta’”. Por outro lado, se os livros contemporâneos têm valor inestimável, “toda essa literatura histórica não nos permite construir as várias escalas de avaliação e examinar suas relações, suas correlações e seus desvios, para discernir a estratificação social de uma dada sociedade, para nelas situar um indivíduo ou um grupo social determinado”. É preciso desenvolver uma nova metodologia em “acréscimo” à historiografia tradicional¹⁷.

Esta outra, então nova, metodologia, movida pelo “contar”, incorporando o “homem médio”, e, portanto, uma nova agenda para pesquisa na Bahia, tem nestes textos de Mattoso um sólido alicerce. “Contar enumerando os membros das diversas categorias sociais e profissionais, seus níveis de renda e de fortuna, seu papel no processo da produção, sua situação familiar, sua idade, sua origem geográfica, seu grau de instrução, suas práticas religiosas, etc”¹⁸. O programa de pesquisas de Kátia Mattoso implicava uma história que englobasse os diversos segmentos da vida econômica e social, cujo estudo permitiria demonstrar “a interdependência das várias atividades humanas como fazendo parte de uma totalidade econômica e social”, ou seja, uma pauta e uma orientação a la *Annales*, especialmente do período 1929-1969.

Que categorias sociais se beneficiavam de um período de alta de preços? Quais as categorias que sentiam seus efeitos e por quê? Que tipo de mudanças sociais implicava um período prolongado

de depressão econômica? “Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo de mentalidades” é um dos textos que melhor exemplifica sua preocupação com os desdobramentos da decadência econômica da Bahia na segunda metade do XIX para a população.

Um estudo econômico da decadência de Salvador só se torna interessante e vivo na medida em que permite captar as reações, adaptações ou inaptações da população que viveu as flutuações da economia. (...) a população baiana permanece ainda mal estudada. Pelo menos setenta por cento dessa população é mestiça. Foi a África, mais do que Portugal, que povoou a Bahia, mas, apesar disso, a categoria social formada por escravos e escravos libertos é sempre descrita bastante superficialmente e como se formasse um todo homogêneo.¹⁹

Aqui temos outra imagem social que Mattoso se propõe a superar: brancos-mestres *versus* escravos-trabalhadores. Eis um ponto nevrálgico do debate político atual, quando os movimentos negros mobilizam-se por reparação histórica, especialmente na Bahia.

“No Brasil escravista: relações sociais entre libertos e homens livres e entre libertos e escravos” é capítulo em que esta questão é tratada com vagar. Mattoso traça uma distinção forte entre Nordeste e Sul do Brasil no que tange às relações entre os mundos “negro” e “branco”. Colocando Salvador frente a São Paulo, pretende evidenciar o “domínio” de uma sociedade negra no Nordeste e no Centro e uma sociedade branca no Sul, propondo ainda o seguinte postulado: “a sociedade de dominante negro foi **mais aberta, mais acolhedora** para o escravo do que a de dominante branco”²⁰ (grifo nosso). Acompanhem o argumento que poderíamos chamar de branqueamento “demográfico” paulista e branqueamento “ideológico” baiano²¹.

O que se passa em São Paulo? Segundo suas próprias palavras, um “embranquecimento nítido”, à medida que se avança pelo século XIX²². E em Salvador? A primeira capital é incapaz de sustentar suas características de sociedade branca. Dá-se, então, o desenvolvimento de uma “ideologia do embranquecimento”:

Esta ideologia visa fundamentalmente a dois objetivos: por um lado, tornar o processo de “purificação do sangue” relativamente fácil e, por outro, apropriar-se do novo branco, fazendo-o romper todos os laços com seu grupo de origem, com tudo o que lhe possa recordar cultura, religião, hábitos e amizades negros. Assim, essa sociedade baiana de dominante negra – e, talvez, de resto, devido a esta dominante negra – é profundamente imbuída de suas origens européias.²³

Esta sociedade de Salvador, diferentemente de São Paulo, seria mais “aberta” e “acolhedora” ao trânsito *individual* dos mestiços, “tanto mais quanto esses sucessos são sempre homenagens prestadas ao modelo branco ideal que inspira os grupos sociais dominantes”. O momento decisivo para uma “tomada de consciência alienante” é a independência de Portugal, mãe branca:

O baiano abre os olhos aturdido sobre o mundo que o cerca e sua mirada nova recusa tudo aquilo que não lhe recorda a Europa mítica, modelo exemplar. Nasce aí toda uma série de atitudes de desprezo em relação a quanto lhe lembre o pecado original da colônia, a escravidão, as culturas ‘primitivas’, as peles escuras. (...) As categorias dominantes da sociedade ericam-se, escudam-se em preconceitos e fecham-se, sobretudo a partir do momento em que a mão-de-obra, de origem africana mas livre, aumenta consideravelmente pelo jogo da alforria.²⁴

Considerando que a “abertura” e “acolhimento” circunscrevem-se ao trânsito individual, *jámais coletivo*, acredito ser necessário refutar, ou ao menos, nuançar, e muito, o grau de abertura vislumbrado, especialmente se considerarmos que a história social propugnada por Mattoso e Daumard tem que enfatizar o “homem médio”. O imperativo investigativo comum de ambas de conhecer os “grupos sociais intermediários”, captando as regras e mecanismos de mobilidade social não pode negligenciar este aspecto.

Neste particular, Mattoso recorre a um modelo que ela considera teórico, abstrato, mas que é

bastante “sugestivo”, formulado pelo antropólogo baiano Thales de Azevedo. Segundo este estudioso, a sociedade baiana de meados do século XX teria conservado, por uma série de razões, de econômicas a culturais, as características da sociedade colonial dividida em dois extratos principais: os “brancos-senhores” e os “pretos-escravos”, transformados com o desenrolar do tempo, “em *ricos* (os brancos) que ‘trabalham com a cabeça’ e *pobres* (os pretos) ‘que suam’ fazendo o trabalho manual e braçal. Os primeiros formam as camadas dirigentes, enquanto os últimos, que são a maioria, constituem o ‘povo’”. Entre os dois extratos, a linha de demarcação é traçada pela raça e pela cor”²⁵.

Três estamentos são distinguidos por Thales de Azevedo – classe alta ou “elite”, classe média, e classe baixa ou “os pobres” –, o que converge para o entendimento de uma sociedade ternária, em vez de binária. Contudo, podemos, a partir do próprio modelo apontado por Thales de Azevedo, avaliar este tema tão caro a nossa historiadora: a mobilidade social da Bahia. A transcrição, ainda que longa do trecho abaixo, é esclarecedora neste sentido, especialmente se devemos considerar a sociedade em sua totalidade.

De acordo com Mattoso, a “classe alta” ou “elite” se compõe na produção de Azevedo nas seguintes categorias:

a) *Famílias tradicionais*: em número reduzido, descendem dos antigos senhores-de-engenho e titulados do Império. Na maioria das vezes sem dinheiro, conservam o “nome” que lhes confere prestígio. Representam-se por fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, altos funcionários públicos, professores universitários, políticos, diretores de bancos. *Este grupo seria vedado aos mulatos escuros e aos pretos.*

b) *Famílias “ricas”*: são os descendentes de emigrantes estrangeiros europeus vindos à Bahia no final do século XIX. Trata-se de comerciantes, fazendeiros, industriais, profissionais liberais, raros burocratas, que forma as classes conservadoras ou ‘produtoras’. *Este grupo seria também vedado aos mulatos escuros e aos pretos.*

c) *Famílias “sem tradição”*: de origem relativamente “apagada”, mas que têm prosperado nos negócios, nas profissões liberais e na política. Grupo em que “concentra-se uma proporção mais elevada de pessoas de fenótipo branco, mas onde os socialmente brancos, morenos e mulatos claros são admitidos, *com exclusão, porém, dos mulatos escuros e dos pretos*”. (grifo nosso)²⁶

Ainda segundo Kátia Mattoso, Thales de Azevedo admite a existência de fatores que atenuam os antagonismos e tensões que separam os dois extratos principais, sejam “(a) uma dinâmica que permite a mobilidade social de **qualquer indivíduo** através da *escala total*, **embora essa mobilidade seja freada pelo status de nascimento e pela cor**; (b) uma ampla mestiçagem, promovendo a ascensão automática dos grupos de cor e segmentos mais elevados do seu extrato e proporcionando a **ascensão individual** a posições em camadas superiores”²⁷ (grifo em negrito nosso. Itálico no original).

Ora, segundo o exposto mais acima, dos três subgrupos formulados por Azevedo, os negros *não entram* em dois, ou seja, a maioria da elite é vedada, para usar os próprios termos de Mattoso, à população negra. Portanto, muito ao invés de uma sociedade “aberta” temos um funil, e que em certo ponto é intransponível. Temos no próprio “Itinerário” da historiadora da Bahia evidências que relativizam esta ênfase na mobilidade social. Afinal, a maioria dos libertos não somente é pobre, mas, como ela reconhece, “até mesmo muito pobres. A maioria deles vive de biscates, de vender, nas ruas e nas feiras, frutas, legumes, doces e comidas, ou de oferecer sua força de trabalho. **Poucos foram os privilegiados que conheceram uma verdadeira ascensão econômica**”.

Certamente que há um gradiente complexo, e ela demonstra que as hierarquias sociais, na Salvador do século XIX, não eram estanques. Exemplos de ascensão econômica mostram que “certa promoção social era possível para os baianos das camadas sociais deserdadas”. Mas é preciso considerar que, para que essa ascensão fosse possível, era necessário contar com apoios sólidos. E principalmente, “certa promoção”, não significa “qualquer”. Se a ênfase de Mattoso está na permeabilidade, como fica seu modelo ante os setores “impermeáveis”? E, principalmente, se houve casos de ascensão econômica de pessoas de cor, qual o peso destes casos na totalidade da sociedade?

Um dos pontos altos do texto é quando, buscando os mecanismos que permitiram a alguns

libertos se tornarem “ricos” e acumular “fortunas”, traçar na teimosia e vontade (um verdadeiro “capital moral” para ela), na ajuda de amigos e especialmente de irmandades religiosas, da estrutura familiar (no sentido ampliado e no restrito) fatores explicativos importantes aliados a uma quarta chave, uma espécie de “estratégia judia” (a expressão é nossa), aonde, mais uma vez, vem à luz outras interdições da sociedade soteropolitana e brasileira: o veto aos empregos públicos.

Não tendo o direito, porque libertos, de se refugiarem nos empregos públicos, os nossos testadores certamente reagiram como os judeus em outras sociedades: minoria que procurava integrar-se da melhor maneira possível acompanhando as evoluções da conjuntura e apoderando-se das ocasiões que os outros, mais comprometidos com as tradições, não podiam aproveitar. As diferenças na composição do patrimônio dos libertos entre o início e o fim do século testemunham sua adaptação à vida econômica da cidade.²⁸

Insistimos na inscrição do “grupo social” na totalidade social, pois nestes momentos é que a investigação tem maior alcance. Para dar mais um exemplo, quando Mattoso insere a análise dos patrimônios dos libertos no quadro social geral, nas formas de pensar e agir, nas condutas e comportamentos da sociedade soteropolitana, localiza nos inventários e testamentos da população liberta a mesma composição básica dos patrimônios da população livre de Salvador: “casas, pequenos sítios, escravos, dinheiro líquido, dívidas do ativo, móveis, jóias etc.”. E entrevemos mais uma vez que uma análise detalhada “mostrar-nos-ia ainda que poucos são aqueles que realmente são ricos”²⁹.

A similaridade no comportamento econômico na constituição dos bens tanto ocorre na existência de escravos de escravos, na primeira metade do século XIX, quanto na segunda metade, quando os libertos, “como, aliás, o resto da população livre de Salvador, investia seu dinheiro na compra de ações bancárias ou na compra de apólices da dívida pública”.

Não obstante o liberto participar das mesmas festas e regozijos, sofrer as mesmas epidemias, acotovelar-se nos mesmos largos, ruas, becos e igrejas, ninguém pertenceu à irmandade de sua preferência a não ser na medida em que esta correspondia à cor de sua pele ou à sua origem étnica. Se a sociedade de Salvador é muito mesclada, com a marca africana no rosto de membros das famílias mais importantes, e se no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais, os libertos ou seus filhos tinham conseguido, como seus irmãos da Bahia, monopolizar certas atividades do pequeno comércio ou transporte, “são os europeus emigrados que se beneficiam das oportunidades de emprego geradas pelo desenvolvimento da cidade e quase nunca abertas aos negros e mulatos”³⁰.

No estudo da estratificação social de Salvador, o conhecimento dos grupos e categorias sociais intermediárias constitui a base para Mattoso insistir no “abrandamento” da oposição “livres” *versus* “escravos” na sociedade rural que secreta “categorias intermediárias que desempenham um papel econômico e social cuja importância ainda pouco conhecemos. Padres, mestres artesãos, pequenos comerciantes, homens que vivem de rendas, ex-escravos etc. são sinal da mudança e de contínua adaptação dessa sociedade rural que é mais dinâmica, mais empreendedora, menos resistente do que geralmente se pensa”³¹.

Advogando a mobilidade social de uma sociedade de base escravista, mas, ao mesmo tempo, “colonial e aberta”, compõe-se uma classe média, que engloba todos aqueles que são capazes de ganhar a vida pelo exercício de um ofício mecânico ou pela prática de pequeno comércio pelas ruas da cidade³², como discute em “A riqueza dos baianos no século XIX”. Encontravam-se na elite urbana “até homens de cor”, “até...” A existência de algumas possibilidades de mobilidade social que aparecem na documentação utilizada, tem certamente um pólo de mobilidade, mas tem na impermeabilidade um pólo mais forte.

Como caracterizar como “aberta” um a sociedade aonde o “enbranquecimento” se torna o único meio à disposição do homem de cor de empreender uma ascensão social e adquirir certo peso econômico?³³ É possível chamar de “acolhedora” uma sociedade em que o “mulato” é encorajado, instigado por todos os exemplos dos mestiços que obtiveram êxito, “esses irmãos de cor mais ou menos clara – os brancos da terra – que são ilustres médicos e advogados, excelentes padres,

indispensáveis mestres-escolas, professores brilhantes”. Homens, todavia, que para serem admitidos em seu movimento de ascensão têm que adotar conduta de brancos, pensar como brancos, servir ao Estado branco de “mãe branca” nos conselhos, nas câmaras, no corpo diplomático? Se o que Mattoso destaca no seu estudo da estratificação social é um conjunto de formas de pensar e agir, quão tolerância há no ato de oferecer a um grupo social como único horizonte de aspiração desaparecer? Eis algumas incômodas, mas inadiáveis questões do passado e do presente a resolver.

À guisa de conclusão, permitam-nos as leitoras e leitores retornar a Daumard e Mattoso para uma última observação teórica e metodológica. Seremos breves, baseando-nos em síntese de Ciro Cardoso sobre “Paradigmas Rivais”. Algumas características básicas comuns às historiadoras em questão podem ser traçadas entre suas obras e os *Annales* de 1929 a 1969. Quer Daumard, quer Mattoso, evidenciam sua crença no caráter científico da história, mediante a formulação de hipóteses de trabalho típicas da “história-problema” dos *Annales*.

A preocupação com o espaço, oriunda da sólida tradição em história regional da França (até mais marcada em Mattoso), os esforços de quantificação sistemática, a ambição de formular uma síntese histórica global do social, a pluralidade dos níveis de temporalidade (a curta duração dos acontecimentos, o tempo médio das conjunturas, a longa duração estrutural), e, especialmente, a preferência pelos aspectos coletivos, sociais e repetitivos que se traduz no maior interesse pelas temáticas econômicas, demográficas ou voltadas para as mentalidades coletivas, e um operar a história “ciência do passado” que ilumina o presente³⁴.

Quando Cardoso traça tais tendências, ele tem em vista as compatibilidades entre as idéias do grupo dos *Annales* e o marxismo. Aqui, possível também aproveitar um outro aspecto de sua reflexão acerca dos *Annales* pré-1969, que pode ser estendida a Daumard e Mattoso, qual seja, não disporem ou, melhor dizendo, não partirem de uma teoria da mudança social.

Apesar das discordâncias que apresentamos, após este itinerário histórico entre estas duas historiadoras, obviamente algumas peças do quebra-cabeça acerca dos enigmas da Bahia, opulenta e estagnada, aberta e excludente, continuam faltando. Contudo, apenas o fato destes escritos terem sido feitos com e para uma geração de historiadoras e historiadores, hoje em sua maioria nas universidades baianas, formando outras gerações, ajudando a aguçar faro de ogros-historiadores em busca de carne humana (para usar a imagem de Marc Bloch) já faria esta viagem valer a pena. Mais do que isso, foram-nos dadas pistas para continuar a caça.

Notas

¹ DAUMARD, Adeline. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1985.

² DAUMARD, Adeline. **Os burgueses e a burguesia na França**. Martins Fontes: São Paulo, 1992.

³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004, p. 29-30.

⁴ "As evoluções e as permanências são mais visíveis no que dura mais longamente, em cujo transcurso se decanta o que é acidental ou contingente" (DAUMARD, Adeline. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985, p. 15).

⁵ DAUMARD, Adeline. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1985, p. 253.

⁶ *Idem*, p. 31.

⁷ MATTOSO, Kátia M. de Queirós, *op. cit.*, p. 165.

⁸ DAUMARD, Adeline, *op. cit.*, p. 43.

⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós, *op. cit.*, p. 57.

¹⁰ *Idem*, p. 161.

¹¹ *Idem*, p. 54.

¹² Ao expor as razões, para o recorte cronológico, didaticamente Mattoso destaca as condições de existência das fontes, a possibilidade de explorar analogias históricas e historiográficas, em especial dos processos econômicos do período. A escolha dos produtos pautou-se pelas condições para a elaboração de uma série a partir dos seguintes critérios: "(a) a seriação anual dos dados; (b) sua expressão em moeda corrente na época; (c) sua homogeneidade em unidades de peso e de medida; e (d) sua homogeneidade do ponto de vista geográfico" (Mattoso, 2004, p. 69). No caso em questão, a precisão das medidas tem importância secundária, pois, no escopo deste trabalho, a metrologia é direcionada para obter elementos que permitissem comparações dos *movimentos* de preços, sua prioridade, e não dos *níveis* de preços.

¹³ CASTRO, Hebe. História Social, 1997. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-60.

¹⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós, *op. cit.*, p. 74.

¹⁵ "A esses fatores externos, que por si só não explicariam essa mudança de tendência, devem-se acrescentar outros fatores internos da mesma importância: (a) queda da produção aurífera (1765), que determina uma retomada da atividade agrícola em torno do açúcar, do fumo e do algodão; (b) supressão do sistema de navegação por comboios anuais (1765); (c) criação da Câmara de Inspeção da Agricultura e do Comércio (1751), que, procedendo ao exame e à qualificação dos produtos agrícolas, disciplina sua qualidade; (d) redução das taxas para a exportação, que caracterizam o *regime do exclusivo* do mercantilismo colonial (1808-1811); (e) introdução de novas técnicas na cultura e produção de açúcar; (f) abertura dos portos do Brasil ao comércio exterior (1808), que, eliminando os intermediários, torna possível, ao mesmo tempo, tanto um preço de venda mais alto para o vendedor nacional como um preço menor de compra para o importador" (**Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004, p. 37).

¹⁶ "Alguns (açúcar) variam conforme os mercados externos; outros (carne bovina fresca) não se alteram e continuam imutáveis durante vários anos; os últimos (azeite de oliva e farinha de mandioca) apresentam flutuações anuais bastante importantes" (**Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004, p. 43).

¹⁷ "Essas formas tradicionais contentam-se em apenas utilizar uma documentação qualitativa, a partir da qual se elabora um relato do acontecido, ou o que se acredita ter sido o acontecido. Este tipo de relato tradicional põe geralmente em evidência os homens importantes e deixa de lado, e no esquecimento, a grande massa da população, aquela que Georges Lefebvre chamava de 'a luz da história'. Ora,

conhecer uma estrutura social não é identificá-la com as pessoas de relevo que nela vivem" (**Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004, p. 111).

¹⁸ MATTOSO, Kátia M. de Queirós, *op. cit.*, p. 112.

¹⁹ *Idem*, p. 225.

²⁰ *Idem*, p. 261.

²¹ De acordo com Domingues Petrônio Domingues, a bibliografia em torno do "branqueamento" oscila entre defini-lo como a "interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, implicando a perda do seu ethos de matriz africana, ou como o processo de 'clareamento' da população brasileira", conforme registrado pelos censos oficiais e previsões estatísticas do final do século XIX e início do XX. Domingues propõe no seu artigo, ainda que metodologicamente dividindo o texto para operar o conceito, a reunião dos dois aspectos ou seja o branqueamento concebido como um fenômeno populacional da "realidade empírica" e "seus aspectos ideológicos" (DOMINGUES, Petrônio José. "Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930". **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n. 3, 2002, p. 563-599). Sobre a relação entre peso demográfico das populações negras em São Paulo e na Bahia, e as formas de racismo desencadeadas, ver CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. "Resolve-me ou eu te devoro! Uma discussão sobre a falta de braços no Recôncavo Baiano". **Bahia – Análise de Dados**. Salvador, SEI, vol. 10, n. 1, Julho 2000, p. 21-34.

²² São apresentados os seguintes índices demográficos: "em 1804, 46,3% da população é de brancos; em 1818, 48,85%; em 1886, 79%. Em 1940, São Paulo tem uma população de 1.326.261 habitantes, dos quais 1.203.111, ou seja, 90,71%, são brancos. Na mesma data, Salvador conta apenas com 33% de brancos" (**Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004, p. 271).

²³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós, *op. cit.*, p. 265.

²⁴ *Idem*, p. 266.

²⁵ AZEVEDO, Thales de. "Classes sociais e grupos de prestígio", *apud* MATTOSO, Kátia M. de Queirós, **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004, p. 208.

²⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queirós, *op. cit.*, p. 209.

²⁷ *Idem*, p. 210.

²⁸ *Idem*, p. 259.

²⁹ *Idem*, p. 248.

³⁰ *Idem*, p. 271.

³¹ *Idem*, p. 291.

³² Esta vocação comercial comporta um amplo espectro "'Fazer negócio', comerciar, comprar, vender, revender, redistribuir, tal foi, desde os começos, desembargadores da Relação ou simples aprendizes de algum ofício, viúvas desprovidas ou jovens representantes de profissões liberais. Salvador alimentava vários tipos de comerciantes (...). O qualificativo 'homem de negócio' é o apanágio dos que praticam o comércio transatlântico ou que redistribuem mercadorias pelo Brasil. Esses negociantes são, com freqüência, donos de trapiches e armazéns, investem em bens imobiliários e na compra de navios. (...) Freqüentemente, esses negociantes emprestam a juros e, às vezes, possuem lojas de varejo, geridas por um caixeiro de confiança. Por outro lado, são homens que têm bastante peso para serem os porta-vozes da comunidade mercantil junto à administração real e junto aos senhores-de-engenho, cujas filhas, irmãs ou viúvas desposam. E é de modo sobranceiro que olham os comerciantes lojistas, cuja riqueza pode, às vezes, igualar-se à deles. Mas há um sinal que não engana: na hierarquia de seus membros, a influente Irmandade da Santa Casa de Misericórdia dá o título de 'irmão de maior condição' aos grandes negociantes e aos proprietários de engenho, enquanto os vendeiros e os taberneiros são sempre 'irmãos de menor condição'" (**Da**

Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004, p. 292).

³³ *Idem*, p. 266.

³⁴ CARDOSO, Ciro. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-23.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Ciro. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-23.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-60.

CRUZET, F. "Kátia de Queiroz Mattoso, uma historiadora". In: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora.** Salvador: Corrupio, 2004.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. "Resolve-me ou eu te devoro! Uma discussão sobre a falta de braços no Recôncavo Baiano". **Bahia - Análise de Dados.** Salvador, SEI, vol. 10, n. 1, Julho 2000, p. 21-34.

DAUMARD, Adeline. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

_____. **Os burgueses e a burguesia na França.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DOMINGUES, Petrônio José. "Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930". **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n. 3, 2002, p. 563-599.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província do Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora.** Salvador: Corrupio, 2004.